

Cosméticos, infâncias e saúde: da naturalização à reflexão crítica com crianças

Vanessa Ponte¹
Universidade de Brasília

Resumo: Este artigo investiga como crianças de 6 a 12 anos, em diferentes contextos sociais de Brasília, experienciam práticas cosméticas e suas implicações para a saúde física e emocional. A partir de etnografia em 35 salões de beleza, examina-se como tais práticas funcionam simultaneamente como formas de autocuidado e pertencimento, e como tecnologias que reforçam padrões corporais produtores de adoecimento. Com perspectiva interseccional, reconhece-se as crianças como sujeitos competentes cujas vozes revelam que cosméticos constituem questão de saúde coletiva que demanda reflexão crítica.

Palavras-chave: cosméticos; infâncias; saúde; etnografia; interseccionalidade.

PONTE, Vanessa. Cosméticos, infâncias e saúde: da naturalização à reflexão crítica com crianças. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 13 (31): 251-266, janeiro a abril de 2026. ISSN: 2358-5587

¹ Doutora em Ciências Sociais (2023) pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, mestre em Sociologia (2008) e bacharel em Ciências Sociais (2005) pela Universidade Federal do Ceará. Pós-doutoranda da UnB.

Cosmetics, childhoods and health: from naturalization to critical reflection with children

Abstract: This article investigates how children aged 6 to 12, in different social contexts in Brasília, experience cosmetic practices and their implications for physical and emotional health. Based on ethnographic research in 35 beauty establishments, the study examines how such practices simultaneously function as forms of self-care and belonging, and as technologies reinforcing bodily standards capable of producing illness. From an intersectional perspective, children are recognized as competent subjects whose voices reveal that cosmetics constitute a collective health issue demanding critical reflection.

Keywords: cosmetics; childhoods; health; ethnography; intersectionality.

Cosméticos, infancias y salud: de la naturalización a la reflexión crítica con niños

Resumen: Este artículo investiga cómo niñas y niños de 6 a 12 años, en diferentes contextos sociales de Brasília, experimentan prácticas cosméticas y sus implicaciones para la salud física y emocional. A partir de una etnografía en 35 establecimientos de belleza, se examina cómo dichas prácticas funcionan simultáneamente como formas de autocuidado y pertenencia, y como tecnologías que refuerzan estándares corporales generadores de padecimientos. Desde una perspectiva interseccional, se reconoce a las niñas y niños como sujetos competentes cuyas voces revelan que los cosméticos constituyen una cuestión de salud colectiva que exige reflexión crítica.

Palabras clave: cosméticos; infancias; salud; etnografía; interseccionalidad.

Este artigo propõe compreender como crianças de 6 a 12 anos, inseridas em diferentes contextos sociais, econômicos e culturais, experienciam e significam as práticas cosméticas, bem como as implicações dessas relações para suas saúdes física e emocional. Para tanto, examino o mercado da beleza direcionado a esse público e analiso como as práticas cosméticas se entrelaçam com dimensões de saúde, operando simultaneamente como formas de autocuidado e como mecanismos que podem produzir adoecimentos.

A investigação etnográfica que sustenta este texto ocorreu em 35 estabelecimentos de beleza espalhados por diferentes regiões de Brasília – desde espaços com recursos tecnológicos abundantes até salões situados em áreas onde a infraestrutura é precária e as paisagens remetem a histórias de desigualdade socioespacial. Desses, selecionei três localizados na Asa Norte, Asa Sul e Ceilândia, por dialogarem particularmente bem com a riqueza e as disparidades encontradas. Foi através de escuta atenta e de presença junto às crianças que pude acompanhar como elas ressignificam seus corpos e constroem suas subjetividades de maneiras múltiplas.

Metodologicamente, esta pesquisa se funda em princípios ético-metodológicos da antropologia que priorizam uma investigação com as crianças e não apenas sobre elas. Reconheço-as como sujeitos competentes, portadores de conhecimentos significativos sobre suas próprias experiências e capazes de refletir criticamente sobre as dinâmicas que as envolvem. O fazer etnográfico incluiu observação participante, conversas informais, visitas aos lares quando autorizado e registro sistemático em caderno de campo – tudo orientado por uma perspectiva interseccional que considera como gênero, raça, classe e geração se imbricam na constituição das experiências infantis.

Inspirada pelas reflexões de Soraya Fleischer sobre a dimensão ritual do diário de campo, compreende-se como este exercício de retorno aos registros etnográficos constitui uma “forma de ritualizar a realização da pesquisa empírica, criando um momento específico para a memória ser acionada e a experiência revivida, agora de um ponto de vista um pouco distante e mais reflexivo e analítico” (FLEISCHER e GAMA, 2016: 119). Foi precisamente nessa revisitação atenta aos cadernos de campo que a presença dos cosméticos nas vidas das crianças emergiu com toda sua complexidade.

O cenário que contextualiza essa investigação é particularmente relevante. O Brasil ocupa a segunda posição mundial no mercado de cosméticos infantis, com crescimento excepcional de mais de 40% em dois anos no segmento infantil – realidade que torna imperativo compreender como meninos e meninas vivenciam essas dinâmicas (ABHIPEC, 2025). Simultaneamente, pesquisadores alertam para possíveis impactos psicofísicos do uso precoce e intensivo desses produtos, especialmente quando se trata de formulações desenvolvidas para adultos. É precisamente nessa tensão – entre a expansão acelerada do mercado e as preocupações com a saúde integral das crianças – que reside a importância deste trabalho.

Não se trata simplesmente de questionar se as crianças devem ou não usar cosméticos, mas de compreender que significados atribuem a essas práticas e como elas reverberam em suas relações consigo mesmas e com seus corpos.

Meu interesse particular incide sobre o entrelaçamento entre beleza e saúde – compreendida simultaneamente em suas manifestações físicas e emocionais. Busco entender quais traços corporais são eleitos para disfarçamento, suavização ou realce; que rostos e corpos são marcados como necessitando de correção. Essas classificações não são arbitrárias: refletem e reproduzem hierarquias sociais que as crianças aprendem a internalizar desde cedo. Contudo, observei também que as práticas cosméticas abrem espaços para criatividade, resistência e formas singulares de cuidado de si – dimensões que uma abordagem reducionista sobre consumo e corpo facilmente negligencia. Por isso, minha análise recusa tanto a condenação moral quanto a celebração ingênua dessas práticas, movendo-se em direção a uma compreensão mais matizada de como saúde, beleza e subjetividade se constituem mutuamente nas vidas das crianças.

O artigo examina a relação entre cosméticos e saúde através de três movimentos: as cenas etnográficas revelam como cosméticos operam paradoxalmente na vida das crianças; a análise aprofunda como diferentes crianças (marcadas por raça, gênero, classe) vivenciam essa relação de formas distintas; e o terceiro movimento mostra como os cosméticos estão emaranhados em uma “pedagogia da beleza” que é simultaneamente pedagogia do sofrimento e do cuidado. A conclusão argumenta pela necessidade de reconhecer os cosméticos como questão de saúde coletiva que demanda participação crítica das próprias crianças.

Cenas etnográficas: crianças, cosméticos em movimento – transformações, agências e saúde

As sete cenas que se seguem emergiram de encontros em salões de beleza de Brasília – espaços onde crianças, adultos e cosméticos tecem juntos práticas complexas de cuidado, negociação e significação de si. Localizadas na Asa Norte, Asa Sul e Ceilândia, estas narrativas situadas revelam como crianças de contextos sociais diversos navegam a pedagogia da beleza que as cercam: aprendem, resistem, criam, negociam. Os cosméticos aqui não são objetos inertes, mas mediadores vivos de relações de poder, afeto, raça e gênero.

Cena 1 – Era uma vez uma sobrançelha... Sâmia, atitude e consequências (Salão Ceilândia)

Batidas apressadas no portão da Deyse. Não era nenhuma cliente agendada. Era Nara, que chega agitada, puxando pelo braço uma menina magrinha, 7 anos de idade. Deyse mal abre o portão e a senhora já desata a falar em tom agoniado: “Deyse, minha filha, socorre aqui! Olha o que a Sâmia fez na sobrançelha dela! A doida pegou uma gilete no banheiro e fez essa merda”. Deyse acolhe as duas: “Calma, criatura, vamos entrar! Respira!”. São velhas conhecidas, suas filhas inclusive estudam juntas. Sâmia é neta de Mara. A menina fica sob seus cuidados o dia inteiro, enquanto a mãe trabalha de babá no Plano Piloto.

Sâmia entrou calada no salão, cabeça baixa e braço vermelho dos apertões que recebeu no caminho. Deyse a leva para a cadeira de corte e analisa a sobrançelha. A avó anda pra lá e pra cá, pisando firme. Deyse balança a cabeça com ar de reprovação diante do que vê e diz: “Sâmia, por que você não pediu? Eu tirava

pra você, minha filha”. “Eu pedi, tia!” A avó imediatamente toma a fala: “Ela pediu, Deyse. Mas eu não deixei! Pra que mexer em sobancelha numa idade dessa? Ela tem que se criar, tirar a catinga do mijo!”. Deyse diz: “Na idade dela é só limpar, amiga. Tirar o excesso. Mas, tem que fazer direito e não assim, né Sâmia?!”.


Deyse explica: “Não pode tirar com a gilete, Sâmia. Ou é na cera, na pinça, ou na linha. Vou sugerir na pinça que é fio por fio ou na cera que tira vários de uma vez, prometo puxar pouco. Na pinça demora mais”. A menina pergunta com voz trêmula: “Qual dói menos?”. A avó responde rispidamente: “Os dois dói! Inventou de fazer, agora cala a boca e aguenta”. Deyse começa com a pinça. Puxa o primeiro fio. A menina reage: “Ai, tia!”. “Quer tentar a cera?” Sâmia balança a cabeça positivamente. Deyse coloca um pouco de cera na parte superior da sobancelha e dá a primeira puxada. Sâmia enche os olhos de água e grita um ai mais intenso. “Cera ou pinça, garota?”, intima Deyse. “Na cera, pra acabar logo.” Conto quatro puxadas, duas do lado e duas do outro. As lágrimas escorrem no rosto de Sâmia e aquele silêncio se transforma num choro sentido, com as mãozinhas cobrindo a face. Deyse a consola: “Não chora, Sâmia. Você tá só nervosa. Alivia, Narinha. Ela se arrependeu. Coisa de criança”.

Deyse convida a menina a olhar o rosto no espelho. “Olha como ficou. Não ficou 100%. Vai ficar essa falha, essa aqui, mas ficou melhor que tava. Esse pelo vai crescer logo.” Sâmia fica calada e coça os olhos, limpando as lágrimas. A avó, que respira mais aliviada, pergunta: “Quanto foi, amiga?”. A outra responde: “Deixa que da próxima vez a gente acerta. Preocupa não”. Outro dia, com calma, pude conversar com Sâmia. Perguntei por que ela teve a ideia de fazer a sobancelha. Contou-me que a raspou porque achava feia, muito grossa. Além disso, relatou que, na escola, um colega chamado Sandro implicava com ela, apelidando-a de “sobancelha de nós todos”. “E ele parou de implicar?”, perguntei. “Parou, agora não tem mais com o que implicar”, respondeu a menina com as sobancelhas feitas.

Cena 2 – As luzes de Alexandre (Salão Asa Norte)

Ao entrarem no salão, o par de tênis de led brilha a cada passo e a camisa branca anuncia, com letras pretas garrafais: “Sextou!”. Um short jeans completa o visual naquela terça-feira. É Alexandre, 10 anos, com seus cabelos castanhos, lisos e compridos – mantidos compridos por seu engajamento desde pequeno. Hoje veio cortar as pontas e fazer mechas coloridas. A cor da vez é o vermelho; mas, em outros dias, foram o azul, o roxo e até o laranja. Luciana, a cabeleireira, começa a lavar o cabelo dele. A mãe, Simone, comenta contrariada: “Eu não aguento mais essa tinta manchando minhas coisas, travesseiros, lençol, roupa. Não é ele quem lava!”. “É só liberar as luzes!” retruca Alexandre. “Luzes, Alexandre! Só se for pro teu pai te dar uma surra e arrancar esse cabelo de vez. Nunca vi! Que invenção”.

A cabeleireira se dirige a mim: “Olha, esse aqui, desde pequeno é um apego com esse cabelo! Sempre chorou na hora de cortar, quando era pequeno cortava à força. Agora que tá esse rapazão que já sabe o que quer.” Alexandre aponta com as duas mãos para os cabelos e diz: “Deus vai mandar um cabelo desse pra ser cortado?! É ruim, heim!” Sai do lavatório e se senta na cadeira de corte. Nesse momento, Alexandre chama a atenção de Luciana: “Pode colocar mais brilho, viu, senhora? Um brilho na estrela”. Todos sorriem, menos a mãe.

Ao fim do serviço, pergunto: “*Alexandre, as mechas são para alguma ocasião especial?*” Ele me responde: “*Look básico, fofa!*” A mãe de Alexandre nos interrompe e diz: “*Vamos, vamos, Alexandre*”. Ele sai sem responder, sextando em plena terça-feira. Luciana, sem que eu perguntasse, comenta que o pai de Alexandre vai acabar se separando da mãe porque “*se incomoda com esse jeito do menino e coloca a culpa nela por ele ser assim*”. O pai querendo um corte militar e ele querendo luzes. O fluxo do salão continua e Luciana se dirige ao próximo atendimento.

Cena 3 – “Vale a pena”: Natália, a escova progressiva e as quatro horas de transformação (Salão Ceilândia)

Natália chega ao salão com sua mãe numa segunda-feira à tarde. Ela se senta na cadeira de corte com a coluna reta, determinada. Tem 11 anos e já sabe exatamente o que quer. Deyse a cumprimenta: “*Ô, princesa! Hoje a gente faz a progressiva, é?*”. Natália responde com segurança: “*É, tia.*”. Enquanto Deyse prepara o produto, a menina me explica sua rotina: “*Quando meu cabelo tá crespo, todo mundo olha pra mim e manda prender, cortar, prender, cortar! Ficam fazendo perguntas bobas: Você penteia seu cabelo? Como lava esse cabelo? Posso pegar? Quando tá lisinho, ninguém diz nada... De vez em quando, fala até que é bonito*”. Sua mãe, que está sentada esperando, apenas acena com a cabeça, como quem conhece bem essa história.

Natália continua: “*Eu tenho uma pranchinha, mas quando eu danço, corro, fico suada meu cabelo faz pá!* [Faz movimentos com as mãos para o alto, rindo.] A progressiva dura mais”. Deyse começa o processo, aplicando o produto com cuidado, seção por seção. As primeiras horas passam em silêncio relativo, apenas com o som do pente desembaraçando os fios. Natália tira uma foto de si mesma com o produto no cabelo e me mostra, rindo da aparência temporária.

Na terceira hora, pergunto à menina se gosta de alisar. Sua resposta é pragmática: “*Gosto do resultado! É cansativo, arde o olho, passo umas quatro horas sentada, mas vale a pena. É mais bonito assim*”. Quando Deyse enxagua o produto e começa a secar o cabelo, uma transformação visível acontece. Os fios que eram crespos agora caem lisos, brilhantes. Natália se vê no espelho e sorri amplamente. “*Ficou lindo, tia!*”. Semanas depois, quando a encontro, pergunto se o incômodo valeu a pena. Ela responde sem hesitar: “*Sim. Agora eu posso brincar sem que fiquem me perturbando o tempo inteiro*”.

Cena 4 – Maria de mãos fechadas (Salão Asa Norte)

Acompanho o movimento do vestido florido e das ágeis sandálias rosa adentrando o salão de beleza. É Maria, com a vivacidade dos seus 6 anos. Passos apressados, olhos inquietos e punhos bem cerrados, ela vai ao encontro de Andrea, funcionária do salão. A acolhida é imediata. Um sorriso aberto, o corpo que se curva para se aproximar da menina, as mãos espalmadas postas ternamente abaixo das pequenas mãos fechadas. “*Oi, Maria! E essas mãozinhas?!*” Como resposta, os pequenos dedos são exibidos e o esmalte rosa já desgastado se revela. “*Olha tia, saiu tudo, tá muito feio!*”, reclama Maria, hoje com o batom clarinho que ganhou aos três anos de seus pais como recompensa por ter deixado a chupeta.

Maria nem consegue ficar de mãos abertas “*caso o esmalte esteja saindo*”. Inclusive, isso já virou conversa séria entre a professora e a mãe da garota. Como

realizar as atividades escolares se Maria se recusa a abrir a mão na menor falha de seu esmalte? Conversando sobre o porquê de esconder os dedinhos, Maria me disse: *“Fica muito feia, não é mão de menina, ora”*. Perguntei: *“O que é uma mão de menina, Maria?”*. Ela respondeu: *“É assim, bonita, pintada, feita de rosa, roxo, laranja”*. “E quando a mão não é assim?”, retruquei. A garota sentenciou, enfática e com tom de impaciência: *“Não pode ser de menina, ora!”*.

Nesse momento, a mãe afirmou orgulhosa: *“A Maria é vaidosa desde o berço. Faz as unhas desde os 2 anos. Agora, inventou de vir toda semana. Nunca vi tão vaidosa! Pra ela só serve fazer unha se for aqui, não se contenta comigo passando um esmaltezinho”*. Maria, que a essa altura já estava bem sentada, com as pernas cruzadas e a mão entregue aos cuidados de Andréa, troca com a mãe um sorriso cúmplice.

Cena 5 – “Daqui a pouco tá querendo fazer a barba e pedir uma gela” (Salão Asa Norte)

Antônio, 6 anos, cabelo liso e olhos verdes, exibe um topete com nuca raspada recém-finalizado. O cabeleireiro remove a capa do Batman, revelando a camisa do Homem-Aranha, combinando com short preto e tênis de marca famosa. Seu pai o acompanhou durante o corte. Ao final, diz: *“Ficou bonito, filhão. Agora é minha vez”*. Dirigem-se à barbearia ao lado, do mesmo dono. Antônio entra com o pai naquele espaço vintage, decorado com símbolos de velocidade e trânsito, ares de pub. Marcos, o barbeiro, recebe-os sorridente: *“E aí? Cabelo cortado! Ficou irado!”*

O pai senta-se para cortar. Antônio escolhe uma cadeira giratória e rodopia. O pai comenta: *“Ele queria cortar aqui! Logo vai querer fazer a barba e pedir uma gela [risos]”*. Antônio para de rodar, bate nas laterais da cadeira e encara os adultos. O pai corta o cabelo estilo militar. Ao terminar, Marcos chama o menino: *“Senta aqui, garotão, na mesma cadeira do pai”*. Coloca a capa preta e aplica gel *“macho alfa”* no cabelo do menino, que sorri orgulhoso. Em casa, Antônio insiste em usar apenas esses produtos, recusando os infantis. Ao final, o pai exclama: *“Uau, cara! Bonitão! Bate aqui!”* Saem orgulhosos da barbearia, compartilhando cumplicidade no enlace de dada masculinidade.

Cena 6 – “É muita perda de tempo!” (Salão Asa Sul)

Vanda, 11 anos, aluna de escola particular, reluta em acompanhar a mãe ao salão aos sábados. Com a babá de folga e o pai frequentemente ausente, sua mãe, Joelma, insiste que ela vá junto. Vanda é vista no salão com expressão contrariada. Quando questionada sobre sua insatisfação, ela surpreende com um desabafo:

Eu queria tá em casa, nunca tenho tempo de descansar. Na semana é aula de inglês, aula particular, é natação. Quando tem um diazinho, ela me obriga a tá aqui e ainda quer que eu faça a unha, um saco! Tenho preguiça, véi. Ela demora aqui um tempão, tenho que esperar. É depilação, é cabelo, é unha... É muita perda de tempo!

Observei que as manicures tentam passar o atendimento de Vanda umas para as outras. Sobre isso, Andrea, funcionária, me disse: *“A bichinha dá trabalho, ela não gosta, faz obrigada, endurece a mão, balança a perna, a gente borra”*. Em certa ocasião, Brenda, outra funcionária, após receber a ligação de Joelma para o agendamento, proferiu: *“Quem vai fazer a unha da Joãozinho? Ah, é a Vanda,*

aquela ferinha. Lembra aquela de cabelinho cacheado? Odeia salão, odeia fazer a unha, mas a mãe quer porque quer. A gente fica num fogo cruzado. É muito ruim obrigar a criança a fazer o que ela não quer e ela tem raiva é da gente.”

Vanda detesta o salão, mas adora o tatame. Pratica Jiu Jitsu, patrocinado pela madrinha contra a vontade da mãe. Seu armário prioriza roupas esportivas, rejeitando saias e vestidos. Na penteadeira, faixas e elásticos substituem adornos femininos tradicionais, desafiando as expectativas maternas sobre o corpo feminino.

Cena 7 – Sobre levantar o olhar e valorizar a própria pele (Salão próximo à Rodoviária do Plano Piloto)

Era dia de curso de maquiagem voltada para pele negra, ofertado de forma gratuita pelo Salão Encrespa, em homenagem ao Dia das Mulheres. O salão abriu inscrições e reservou dois horários em pleno sábado. Na divulgação, o convite estimulava que *“as mães trouxessem suas filhas; as avós, suas netas; as tias, as sobrinhas; as irmãs mais velhas, as mais novas”*. A procura superou – e muito – o número previsto de vinte pessoas por turno.

Cadeiras brancas de plástico foram colocadas do lado de fora do salão em forma de círculo. No centro, havia uma mesa com estojos de maquiagem e uma cadeira. Contei nove adultas e 12 crianças, com idades entre 4 e 10 anos. As crianças menores ficavam rodeando a mesa de maquiagem, advertidas pelas mães que não podiam tocar em nada. As maiores permaneciam sentadas, inquietas.

Lúcia iniciou o curso. Agradeceu a vinda de todas. Disse que aquele encontro era uma homenagem do salão ao Dia das Mulheres e continuou:

Esse curso é pra gente como a gente, da nossa cor, pra gente aprender a ser mais bonita, pra gente se amar, se valorizar e pra gente ensinar as nossas crianças a fazer o mesmo. Todo mundo sabe que a maquiagem pra pele negra é difícil, né? Antes não tinha nada voltado para nossa pele. Só branca podia maquiar. Hoje melhorou muito, tem mais produtos pra gente, mas a maioria é caro. Aqui a gente tem produtos com um precinho bom. Mas hoje eu vou mostrar que com as maquiagens que a gente tem dá pra se virar.

Lúcia começa a manusear as maquiagens, diz seus nomes, suas finalidades, tudo em detalhes, ensinando como fazer as misturas certas para cada tom de pele. Frases encorajadoras são ditas em meio aos ensinamentos técnicos: *“A gente tem que realçar a nossa beleza, o nosso olhar. Coloca uma cor nesse olhar. Olha pra frente! Não é pra ficar olhando acanhada. Isso vale pra gente grande e gente pequena”*. À medida que apresenta os produtos, detalha como devem ser usados nas crianças: *“Criança tem a pele sensível. Não precisa muito de base, coloca um pouquinho só. Sem exageros. Quando for passar a sombra na criança, é bom não pesar na mão, uma camada mais fina pra criança não ficar com cara de adulta antes do tempo.”*

Depois do intervalo, as cabeleireiras fazem uma maquiagem básica nas mulheres presentes. Converso com Camila, uma menina de 12 anos:

Aprendi a maquiar com a tia Silvana e a tia Lúcia. Antes eu via que todas as cores eram sem graça no meu rosto, por causa da minha cor. Ela me ensinou que minha pele é linda e que a gente tem sempre que passar um batom, um rímel, uma base que combine com a nossa cor. Às vezes, não tem da nossa cor, mas a gente vai fazendo umas misturinhas até encontrar.

lias – especialmente nos salões da Ceilândia, Asa Norte e Asa Sul – revelou histórias delicadas sobre como as crianças constroem suas relações com o corpo e o cuidado de si. Os cosméticos emergem, nestes contextos, portadores de uma ambivalência instigante: sussurram promessas de limpeza, bem-estar e prazer corporal, ao mesmo tempo que podem ativar ansiedades, comparações e a sensação incômoda de uma incompletude sempre presente. Face a face com as crianças, afirmo que, com suas distintas biografias, histórias e subjetividades, a partir das posições diferenciadas no que tange à geração, à classe, à raça, ao gênero, vão exercendo suas agências dentro das relações de poder que permeiam os ensinamentos da beleza – ensinamentos que são também, simultaneamente, relativos à saúde física e mental dos corpos.

Cosméticos, tecnologias de diferença e a saúde

Os cosméticos circulam nas vidas das crianças de forma tão naturalizada que raramente aparecem como questão de saúde. Mas quando observamos com atenção etnográfica, constatamos que para cada criança que participou da pesquisa – Sâmia, Alexandre, Natália, Maria, Antônio, Vanda e as meninas do Encrespa – essas práticas constituem resposta a uma configuração social específica que marca certos corpos como inadequados e oferece transformação estética como solução. Como nos ensina a antropologia da saúde contemporânea, saúde não é categoria universal, mas fenômeno que emerge situacionalmente através de práticas, tecnologias e relações específicas (MOL, 2002).

Natália, aos 11 anos, articula com precisão a economia racial do seu corpo. Quando seu cabelo está crespo, sofre vigilância constante – perguntas invasivas, toques não autorizados, comentários que transformam sua textura capilar em questão pública. A progressiva por quatro horas e meia oferece-lhe acesso a uma forma diferente de estar no mundo: visibilidade sem escrutínio. Os desreguladores endócrinos presentes nesses produtos não são questão abstrata, mas o custo de não fazer a progressiva também é real: exclusão social, vigilância contínua. Como demonstra Gomes (2007), este não é sacrifício trivial de vaidade, mas negociação com estrutura que define corpos crespos como problema a ser resolvido – um sistema diagnóstico não formal (KLEINMAN, 1980) onde a textura capilar de Natália foi silenciosamente diagnosticada como inadequação.

No curso de maquiagem no Encrespa, Camila aprendeu que “minha pele é linda”. Aqui, o cosmético funciona como ferramenta de reparação, não de normalização. A pedagogia de Lúcia – que convoca as meninas a “olhar pra frente” sem acanhamento – oferece reinscrição do corpo: de corpo apontado como passível de correções a corpo celebrável, iniciativa que merece reconhecimento por sua criatividade e compromisso ético com a reparação histórica. Contudo, mesmo em espaços dedicados ao atendimento de pessoas com cabelos crespos, reproduzem-se determinadas hierarquias visuais: nas instruções técnicas para afinar o nariz e disfarçar lábios, nas imagens nas paredes, nos rostos que servem como referência, nos corpos que ilustram “beleza” e que tendem a privilegiar peles mais claras dentro do espectro negro. A pedagogia reparadora de Lúcia não neutraliza completamente essas hierarquias que atravessam o próprio espaço, inclusive através das técnicas cosméticas que ensina.

As histórias de Natália e Camila revelam a mesma estrutura operando de formas distintas: para ambas, saúde está entrelaçada com aceitação corporal (GOOD, 1994), mas a experiência de Camila, embora ofereça pedagogia de cele-

bração genuinamente reparadora, não isola completamente as meninas das hierarquias de representação que persistem e são estruturais. O que o Encrespa faz – e faz com coragem – é oferecer contranarrativa; mas essa contranarrativa precisa coexistir com crítica honesta sobre como padrões de beleza, mesmo quando questionados, continuam operando através das imagens, dos espelhos e das referências que cercam corpos infantis.

Maria, aos 6 anos, já compreende que mãos sem esmalte não são “mãos de menina”. Suas mãos fechadas, sua rigidez em atividades escolares para proteger o esmalte, não revelam simples vaidade precoce. Revelam o gênero como performance corporal repetida – o esmalte rosa, roxo, laranja como ato através do qual a feminilidade infantil se materializa (BUTLER, 1990). Sua saúde emocional depende dessa repetição semanal. De forma completamente diferente, Vanda recusa este regime como recusa ativa das normativas de gênero que os próprios cosméticos veiculam. No tatame de Jiu Jitsu, seu corpo encontra regime distinto – força, movimento, expansão – onde os adornos “femininos” são incompatíveis com sua agência.

Alexandre, aos 10 anos, mantém cabelo longo e tinturas coloridas como expressão de um projeto identitário. Quando seu pai ameaça “arrancar esse cabelo de vez”, Alexandre está negociando masculinidade em contexto de conflito real. Sua saúde emocional depende dessa transgressão. A percepção que Alexandre desenvolveu de seu cabelo longo e com luzes – não como problema, mas como expressão – revela como a corporalidade é vivida através de regime perceptivo que pode ser transformado (CSORDAS, 1990). O custo físico é real: irritação do couro cabeludo, perda de qualidade capilar pela exposição recorrente a tinturas. Mas o custo emocional de conformação também seria real. Para Alexandre, o cosmético é tecnologia através da qual reclama agência sobre seu próprio corpo.

Contrastivamente, Antônio, aos 6 anos, vive aprendizado diferente: a barbearia, o “gel macho alfa”, a cadeira ao lado do pai – tudo funciona como inclusão em uma forma de pertencimento a uma masculinidade hegemônica. Não há imposição vivida como tal. Há transmissão de conhecimento sobre como ser um corpo masculino que se cuida. O gel não é tecnologia de conformação coercitiva, mas de inclusão em comunidade de homens. As histórias de Alexandre e Antônio mostram como o mesmo tipo de prática – cuidado estético, produtos cosméticos – significa coisas radicalmente diferentes conforme o projeto de gênero e a configuração familiar em que se inscrevem. Para Antônio, representa validação. Para Alexandre, representa transgressão. Ambas são formas de agência que operam em campos de constrangimentos desiguais, revelando como os cosméticos operam como mediadores de narrativas de sofrimento e aflição (GOOD, 1994), mas também de inclusão e pertencimento.

A narrativa de Sâmia, aos 7 anos, que raspa a sobrancelha com gilete em resposta a apelido que marca seu corpo como inadequado, revela que o que poderia ser lido como “agressão a si mesma” é, na verdade, exercício de agência: uma criança que toma decisão sobre seu próprio corpo para cessar sofrimento emocional. A depilação precoce impõe custo dermatológico real. Mas seu efeito emocional – “agora eu posso brincar sem que fiquem me perturbando o tempo inteiro” – revela que para Sâmia, saúde não é ausência de intervenção cosmética, mas capacidade de existir sem vigilância constante.

O que estas narrativas revelam é fundamental: os cosméticos na vida das crianças são tecnologias através das quais saúde – em suas dimensões física, emocional, social – é simultaneamente produzida, constrangida e negociada. Os cosméticos participam ativamente da construção de identidades ao mesmo tempo

que são transformados pelas crianças que os utilizam (VAN DER GEEST, WHYTE e HARDON, 2002). O batom que Maria usa na escola adquire significado diferente daquele que usa em casa; o gel de Antônio na barbearia não é o mesmo gel que seria em outro contexto; a progressiva de Natália carrega a história de sua negociação com padrões raciais específicos. Não existe beleza infantil universal – existe beleza como prática situada, como trabalho relacional, como negociação cotidiana entre corpo, produto e mundo social (MOL, 2002).

Há dimensão ainda mais delicada nesta pedagogia da beleza que as crianças vivenciam: ela é simultaneamente construtiva e prejudicial, promocional e coercitiva. Em sua face criativa, oferece ferramentas genuínas de autocuidado, espaços de criatividade e sociabilidade – como observamos no curso do Encrespa onde meninas aprenderam que corpos negros são beleza a celebrar. Pode fortalecer vínculos familiares através de rituais compartilhados, como a ida de Antônio com seu pai à barbearia. Pode ser espaço onde crianças exercem agência e criação, como vemos em Alexandre reclamando seus cabelos como expressão de si. Contudo, quando estas mesmas práticas se consolidam como exigência permanente, quando se naturalizam como necessidade vital, quando se entrelaçam com ansiedades crescentes sobre adequação corporal, produzem prejuízos físicos documentáveis – hormonal, dermatológico – e psicológicos significativos.

Compreender estas negociações exige reconhecer que a pedagogia da beleza operada nos salões, escolas, casas e outros espaços de sociabilidade funciona como sistema diagnóstico não formal (KLEINMAN, 1980), onde um diagnóstico silencioso é proferido a cada criança: suas unhas naturais constituem falta, seu cabelo crespo é problema, suas sobrancelhas são inadequadas. O cosmético prescreve-se a si mesmo como solução única. A percepção corporal das crianças é progressivamente estruturada através deste regime medicalizado – quando Natália aprende que seu cabelo crespo incita vigilância, quando Maria internaliza que mãos sem esmalte não são legítimas, quando Sâmia descobre que sua sobrancelha é motivo de riso, elas não estão simplesmente absorvendo preferências estéticas. Estão aprendendo a perceber seus corpos como matéria que requer constante mediação técnica para alcançar normalidade (CSORDAS, 1990).

Os rituais de embelezamento – o ato de lavar, pentear, pintar, alisar – operam simultaneamente como proteção e como criação de vigilância contínua (DOUGLAS, 1966). Protegem a criança da desordem social que um corpo “despenteado” ou “sem maquiagem” representa; mas também inscrevem ansiedade permanente sobre a possibilidade dessa desordem retornar. O que emerge é processo através do qual o sofrimento corporal é simultaneamente nomeado e validado: a cabeleireira não apenas corta cabelo de Natália desejosa de parecer “igual” – diagnostica e ratifica que a aflição era legítima, que o cabelo crespo era de fato problema a resolver. Este reconhecimento profissional, embora bem-intencionado, pode perpetuar o regime que produziu a aflição. Contudo, esse mesmo espaço possibilita experimentações: crianças negociam cores, estilos, formas de usar o próprio corpo que podem escapar, ainda que parcialmente, das normas impostas.

A questão antropológicamente crucial não é escolher entre celebração e condenação, mas reconhecer que ambas as faces operam simultaneamente: a mesma prática pode ser expressão de agência e instrumento de normalização através do que venho denominando como “pedagogia da beleza” – um trabalho minucioso de reiteração de diretrizes estéticas que opera como dispositivo biopolítico.

Essa dupla operação dos cosméticos – simultaneamente como ferramentas de normalização corporal e como possibilidades de experimentação transgres-

sora – estrutura-se crescentemente por meio de uma lógica medicalizante aplicada aos próprios produtos infantis. Os ensinamentos da pedagogia da beleza que as crianças vivenciam são, ao mesmo tempo, ensinamentos sobre saúde, sobre o que conta como corpo saudável, adequado, normal. E é precisamente essa sobreposição entre beleza e saúde – nunca neutra, sempre marcada por raça, gênero e classe – que a seção seguinte se propõe a examinar.

Saúde medicalizada, corpos negociados: a lógica farmacológica dos cosméticos infantis

Os cosméticos infantis não prometem apenas limpeza ou beleza – prometem transformação, normalização, adequação, participando da construção de subjetividades onde a saúde infantil torna-se progressivamente cosmética. Esta lógica farmacológica (AZIZE, 2008) não se restringe a nenhum espaço em particular: circula simultaneamente através de múltiplas esferas, cada uma validando e reforçando a promessa que o cosmético encarna. Está presente em casa, quando a mãe de Maria comenta que o esmalte deixa a filha “mais menina”. Opera na escola de Natália, onde colegas comentam sobre seu cabelo crespo. Valida-se no consultório da pediatra, quando advertências sobre certos produtos paradoxalmente reforçam a ideia de que cosméticos têm agência transformadora profunda.

A sofisticação emerge quando tentativas de regulação médica – advertências contra progressivas químicas, contra esmaltes contaminados com ftalatos, contra depilações precoces – não interrompem essa lógica, mas a sofisticam. Surgem “cosméticos seguros”, “naturais”, “hipoalergênicos”, frequentemente com preços exponencialmente superiores – cada um prometendo transformação sem o risco que a medicina agora visibilizou. A mãe de classe média que compra sêrum capilar “vegano” certificado consegue simultaneamente participar da lógica farmacológica e cumprir imperativo médico; a mãe de classe trabalhadora fica presa numa escolha binária – aceitar o risco médico ou abdicar de acesso ao cosmético como ferramenta de bem-estar emocional para sua filha. A biomedicina, neste contexto, não restringe a lógica farmacológica. Ao contrário, a reenquadra como responsabilidade individual de consumo seguro, estratificando quem pode acessar beleza legitimada e quem fica vulnerável ao “risco”.

A violência estrutural aqui não é explícita – é distribuição desigual de recursos para adequação (FARMER, 2004). Cada criança está respondendo racionalmente a estrutura que a posicionou como corpo problemático, mas nem todas têm o mesmo leque de opções. Quando a classe C lidera gastos com beleza no Brasil e famílias negociam parcelamento de serviços estéticos como forma de garantir adequação corporal de seus filhos, não se trata simplesmente de consumo de produtos. Trata-se de participação em sistema onde a própria possibilidade de bem-estar é medicalizada e oferecida desigualmente segundo pertencimento de classe, raça e território.

Cada tentativa de interdição médica gera novas modalidades de promessa farmacológica. Quando endocrinologistas alertam sobre desregulação hormonal, criam-se consultas especializadas em “avaliação cosmética pediátrica”; quando pediatras descrevem problemas dermatológicos, proliferam dermatologistas infantis oferecendo “protocolos seguros”. Natália não simplesmente deixa de usar progressiva porque pediatra advertiu – passa a buscar progressiva “segura”, “hipoalergênica”, “com tratamento reconstituente”. Maria não abdica de esmalte porque ftalatos foram nomeados como prejudiciais – sua mãe negocia compra de

esmalte “tóxico-free”, “vegano”, “dermatologicamente testado”. Cada tentativa de proteção normativa, paradoxalmente, expande e sofisticada a própria lógica farmacológica que pretendia restringir.

O que emerge de toda esta análise é que a saúde infantil – aquela que estas crianças negociam diariamente – não é fenômeno meramente biomédico nem meramente estético. É tecnologia complexa através da qual normalidade corporal é simultaneamente definida, distribuída desigualmente e encarnada (CSORDAS, 1990) nos corpos que mais vulneráveis estão. Para Natália, saúde emocional exige conformação física que impõe custo à saúde biológica. Para Maria, saúde emocional depende de prática que pode irritar pele infantil sensível. Para Vanda, saúde é negociada através da recusa ativa de heteronormatividade. Para Alexandre, saúde emocional utiliza cosméticos como ferramenta de transgressão de masculinidade hegemônica. Para Antônio, saúde passa por inclusão em comunidade masculina. Para Sâmia, saúde significa alívio de sofrimento social através de intervenção corporal aos 7 anos. Cada forma de negociação é racional dentro da estrutura que a criança habita; nenhuma é escolha genuinamente livre.

Os marcadores sociais da diferença – raça, gênero, classe, geração – estruturam radicalmente como cosméticos operam na vida destas crianças; não são variáveis adicionais, mas dimensões constitutivas de como cada uma negocia seu corpo, seu bem-estar e sua possibilidade de existência legítima. Isso significa não demonizar a mãe de Maria que celebra a “vaidade” da filha, nem a cabeleireira que oferece progressiva a Natália, nem o pai que leva Antônio à barbearia. Todos estão respondendo racionalmente a configurações que já posicionaram as crianças como corpos que requerem intervenção.

Questionar o uso de cosméticos por crianças sem questionar simultaneamente as estruturas que definem certos corpos como inadequados é oferecer resposta incompleta. Pode-se condenar a progressiva de Natália apenas se estiver disposto a questionar por que sua escola marca seu cabelo como problema. Pode-se questionar o esmalte semanal de Maria apenas se estiver disposto a questionar como gênero é performado através do corpo infantil desde tão cedo. Por que meninas precisam de esmalte para serem meninas? Por que cabelos crespos incitam comentário? Por que a conformação estética é caminho principal de inclusão social? Enquanto racismo, heteronormatividade e classismo continuarem determinando quem pode simplesmente existir e quem precisa se transformar – as crianças continuarão negociando seus corpos sob constrangimentos que não criaram e que poderiam ser reimaginados.

Considerações finais

Cosméticos como questão de saúde: ambivalências, diferenças e agências infantis

Este artigo buscou compreender como crianças de 6 a 12 anos, inseridas em diferentes contextos sociais de Brasília, experienciam práticas cosméticas e suas implicações para a saúde física e emocional. O que a etnografia revelou transcendendo dicotomias simplificadoras entre celebração ingênua e condenação moralizante dessas práticas.

As cenas etnográficas evidenciaram que crianças são agentes sofisticadas que calculam e respondem racionalmente a configurações sociais que posicionaram seus corpos como problemáticos. Raça, gênero, classe e geração não são variáveis adicionais que “afetam” a relação com cosméticos, mas dimensões constitutivas de como essa relação se materializa. Os cosméticos funcionam como “sistemas

diagnósticos não formais”: diagnosticam silenciosamente que certos corpos requerem correção e simultaneamente prescrevem-se como solução única.

Esta investigação evidenciou que cosméticos infantis constituem questão de saúde que opera através de ambivalência constitutiva. São simultaneamente: práticas de saúde no sentido do autocuidado, bem-estar emocional, pertencimento social e criatividade; e mecanismos que produzem adoecimento físico (exposição química, desregulação hormonal, irritações dermatológicas) e sofrimento psíquico (ansiedade corporal, necessidade de correção permanente, internalização de inadequação). Esta ambivalência não é contradição a ser resolvida, mas tensão constitutiva que demanda abordagem matizada.

As diferentes noções de “uso” cosmético variam radicalmente segundo marcadores sociais da diferença. Para crianças negras de classes trabalhadoras, cosméticos podem operar como tecnologias de sobrevivência social que atenuam vigilância racial cotidiana; para crianças brancas de classe média, podem materializar incorporação compulsória de normas de gênero ou, alternativamente, constituir privilégio de recusa dessas normas. Em ambos os contextos de classe, meninos podem mobilizar cosméticos tanto para inclusão em masculinidade hegemônica quanto para transgressão dela, com significados distintos segundo raça. Essas variações não são periféricas – são constitutivas de como saúde infantil se materializa diferentemente em cada configuração interseccional.

O que emerge como imperativo ético-político desta investigação não é proibir cosméticos ou celebrá-los acriticamente, mas reconhecer que constituem questão de saúde coletiva que demanda três ordens de intervenção. A primeira é a transformação estrutural dos mundos sociais onde crianças vivem – mundos onde o corpo, em toda sua diversidade de cores, texturas e formas, seja suficiente para existência legítima, sem que sua adequação precise ser continuamente negociada por meio de intervenção cosmética. A segunda é o debate coletivo, nas famílias, nas escolas, nas comunidades, sobre como práticas cosméticas operam simultaneamente como formas de cuidado e como estruturas opressivas arraigadas em lógicas heteronormativas, racistas e classistas que apontam certos corpos como passíveis de correção. A terceira, e talvez a mais urgente, é a participação crítica das próprias crianças neste debate – reconhecendo-as como sujeitos competentes cujas vozes devem orientar políticas e práticas que as afetam diretamente.

Trata-se, em última análise, de uma aposta ética e política: a de que, ao nomear o que está em jogo nas práticas cosméticas infantis – a saúde, o pertencimento, a vigilância, a criatividade, o sofrimento e a agência –, abrimos espaço para que crianças e adultos possam, juntos, imaginar formas de existência onde o corpo não precise se transformar para merecer lugar no mundo.

*Recebido em 31 de janeiro de 2026.
Aprovado em 10 de março de 2025.*

Referências

- AZIZE, R. *A química da qualidade de vida*. Tese de Doutorado, Antropologia Social, UNICAMP, 2008.
- BUTLER, J. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Nova York: Routledge, 1990.
- COHN, C. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CORSARO, W. A. *The sociology of childhood*. 3rd ed. Los Angeles: Pine Forge Press, 2011.
- CSORDAS, T. J. “Embodiment as a paradigm for anthropology”. *Ethos*, 18 (1): 5-47, 1990.
- DE LAURETIS, T. *Technologies of gender: essays on theory, film, and fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- DOUGLAS, M. *Purity and danger: an analysis of concepts of pollution and taboo*. London: Routledge & Kegan Paul, 1966.
- FARMER, P. *Pathologies of power: health, human rights, and the new war on the poor*. Berkeley: University of California Press, 2004.
- FLEISCHER, S.; GAMA, F. “Na cozinha da pesquisa: relato de experiência na disciplina ‘Métodos e Técnicas em Antropologia Social’”. *Cadernos de Arte e Antropologia*, 5 (2): 109-127, 2016.
- GOMES, N. L. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra*. Brasília, DF: Autêntica, 2007.
- GOOD, B. J. *Medicine, rationality and experience: an anthropological perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- KLEINMAN, A. *Patients and healers in the context of culture*. Berkeley: University of California Press, 1980.
- MOL, A. *The body multiple: ontology in medical practice*. Durham: Duke University Press, 2002.
- VAN DER GEEST, S.; WHYTE, S. R.; HARDON, A. *Social lives of medicines*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

VOLUME 14
NÚMERO 34
(JAN./ABR.2027)

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

CHAMADA DE ARTIGOS

DOSSIÊ TEMÁTICO:

CIDADES EM DISPUTA:
GÊNERO, RAÇA, SEXUALIDADE
E OUTRAS DIFERENÇAS
NA PRODUÇÃO DO
ESPAÇO URBANO

COORDENADORXS:

DR. DR. GUILHERME R. PASSAMANI (UFMS)
DR. DR. RAMON PEREIRA DOS REIS (UEPA)

Os processos de produção das cidades em relação às sexualidades têm enfatizado ao longo da história a importância das noções de território e territorialidade para a compreensão de como são constituídos os espaços urbanos, os sujeitos e suas relações. Além de indicar que tais processos de produção cidadina correspondem a marcações sociais heterogêneas, é importante ressaltar que todo esse movimento compreendido pelas dinâmicas sociais locais e a ocupação de territórios, dispostos entre “periferias” e “centros”, perfaz mobilidades e/ou zonas fronteiriças que nos possibilitam problematizar os manejos, burlas e agenciamentos feitos em torno da produção social das diferenças, bem como seus impactos a partir da articulação com as temáticas de gênero, sexualidade e raça. Nesse sentido, imaginar a produção de sexualidades em diferentes escalas é um ponto constituinte dos três eixos que norteiam o dossiê: as espacialidades, mobilidades e territorialidades. O objetivo é aproximar os debates sobre cidades, gênero, sexualidades e raça na tentativa de promover aproximações teóricas e empíricas que nos auxiliem a refletir e questionar estatutos citadinos em relação à produção de diferenças e desigualdades, tendo como ponto de partida a seguinte questão: de que forma podemos escrutinar urbanidades/citadinidades a ponto de fazer com que tais estruturas não sejam meros arquétipos geográficos/cartográficos, mas que internalizem e externalizem ações concretas de pertencimento e uso democrático do espaço público?

34

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso